

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS PRETO E**  
3 **PARAIBUNA DO ANO DE 2024.**

4 Aos dezessete dias do mês de janeiro de 2024, realizou-se de forma remota, na Plataforma  
5 Google Meets, sala: meet.google.com/wir-tdwo-qyf, a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê  
6 da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna de 2024. Estiveram  
7 presentes os seguintes conselheiros, titulares e suplentes: Eduardo de Araújo Rodrigues –  
8 IGAM; Lucas Martins Sathler Berbert – IGAM; Antônio Domingues de Souza – EMATER;  
9 Arthur Sérgio Mouço Valente – IEF; Anderson Roberto Fulco – PMMG; Osmane Moreira  
10 Coelho – SEAPA; Marina de Jesus Afonso – PM DE BICAS; João Marcos Almeida da Silva  
11 – PM BOM JARDIM DE MINAS; Edcléia Campos Ferreira – PM DE SANTOS DUMONT;  
12 Igor Luna – PM DE JUIZ DE FORA; Dênio Drummond Procópio – CEMIG; Maria Aparecida  
13 Borges Pimentel Vargas – ABRAGEL; Emerson Leonardo Simão – FAEMG; Geane Cristina  
14 Fayer - .; Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira – FIEMG; Gabriela de Castro  
15 Tironi – SINGTD; Rodolfo Andrade França – ESSENCIS; Beatriz Minelli Martins – CBA;  
16 Isaac Newton de Oliveira – AMA-JF; Wilson Guilherme Acácio – INSTITUTO ENSINAR  
17 BRASIL; Rodrigo Borges de Barros – OAB MG; César Henrique Barra Rocha – UFJF; Pedro  
18 José de Oliveira Machado – UFJF; Matheus Machado Cremonese – PREA; Tamiris Aparecida  
19 de Almeida – CREA-MG. **ASSUNTOS EM PAUTA: 1. ABERTURA PELO**  
20 **PRESIDENTE DO CBH PRETO E PARAIBUNA – ARTHUR VALENTE.** O presidente  
21 do comitê abriu a reunião explicando o motivo da convocação desta reunião extraordinária,  
22 que se fez necessária em função dos prazos estipulados pelo IGAM para pautar a matéria do  
23 CERH-MG. Ele continuou dizendo que segundo o Decreto nº 48.160/2021 os comitês de bacia  
24 teriam até o dia 24 de março de 2024 para deliberarem sobre a matéria. No entanto, conforme  
25 ofício encaminhado pelo IGAM em 11/12/2023, devido aos trâmites necessários para pautar  
26 a matéria no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o prazo determinado para o envio da  
27 deliberação comitê ao IGAM foi 18 de janeiro de 2024, e para tanto, foram convocados os  
28 conselheiros para esta reunião extraordinária na presente data. **2. APRESENTAÇÃO E**  
29 **APROVAÇÃO DA PAUTA DA REUNIÃO – GEANE FAYER (SECRETÁRIA).** Tendo  
30 em vista o prévio envio da pauta e dispensada a sua leitura, a Secretária Geane solicitou que  
31 os favoráveis permanecessem como estavam e os contrários ou os que quisessem se abster  
32 que se manifestassem. Não havendo manifestações, a pauta foi aprovada por unanimidade e  
33 deu-se continuidade à reunião. **3. APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS PARA REVISÃO**  
34 **DA METODOLOGIA E PREÇOS PÚBLICOS UNITÁRIOS (PPU’S), CONFORME**  
35 **DIRETRIZES DA DN CERH-MG 68/2021 (AGEVAP).** Com a palavra, o presidente  
36 esclareceu que esta apresentação é preparatória para o item 4, que trata efetivamente da  
37 aprovação da metodologia e PPU’s. Em seguida passou a palavra para André Marques,  
38 Diretor-Presidente da AGEVAP, para a apresentação dos estudos. André agradeceu ao convite  
39 e iniciou sua fala apresentando a base legal institucional para a realização do trabalho, com  
40 destaque para o Decreto 48.160/2021, a DN CERH/MG 68/2021 e, de forma mais  
41 aprofundada, para a Deliberação Normativa CBH PS1 nº 02/2014, que estabeleceu os  
42 mecanismos e propôs valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na CH PS1.  
43 Destacou a atual metodologia, que entende ser mais simplificada e de fácil entendimento para

44 o público em geral, e os valores vigentes das PPU's, que se encontram muito defasados,  
45 apresentando inclusive uma projeção de qual seria a valor atual da PPU caso fossem corrigidos  
46 monetariamente. Na parte final de sua apresentação, André apresentou um comparativo das  
47 arrecadações com a aplicação da metodologia atual e da metodologia proposta pela DN  
48 68/2021, bem como algumas informações e dados sobre a sustentabilidade da AGEVAP  
49 enquanto entidade equiparada a agência de bacia do CBH Preto e Paraibuna. Ao final, André  
50 concluiu que a metodologia proposta pela DN 68/2021 é adequada ao comitê e que, a  
51 princípio, recomendaria ao comitê sua adoção. Reforçou também que nada impede que num  
52 momento posterior, o comitê venha a discutir alguma alteração na mesma. Com relação aos  
53 PPU's André informou que pelo simples fato de o comitê adotar os preços mínimos descritos  
54 na DN 68/2021 a arrecadação da bacia praticamente dobraria. No entanto, destacou que este  
55 incremento na arrecadação ainda seria insuficiente para arcar com os custos operacionais da  
56 AGEVAP no que se refere ao atendimento deste contrato de gestão. Assim sendo,  
57 recomendaria a adoção da metodologia e preços mínimos da DN 68/2021, mas que será de  
58 extrema importância o comitê discutir a sustentabilidade do sistema a médio e longo prazo.  
59 Após a apresentação, André se colocou à disposição dos presentes para o esclarecimento de  
60 dúvidas. Eduardo Araújo, do IGAM, pediu a palavra e usou a oportunidade para lembrar e  
61 alertar a todos que a primeira premissa da precificação da água é a sua valorização, e que a  
62 cobrança deve sim ser reajustada, pois ao observar a cobrança que a água tem atualmente,  
63 verifica-se que é pouco significativa para o estímulo seu uso racional. O Vice-Presidente  
64 Wilson Acácio fez o uso da palavra para expor a sua opinião dizendo que as metodologias  
65 usadas para a cobrança das águas as tornam pouco valorizadas, e que este é um problema de  
66 nível nacional que deve ser tratado. Wilson também chamou a atenção para o seu  
67 descontentamento com a antecipação do prazo para a apreciação desta matéria pelos comitês  
68 de bacia. Disse que o Decreto nº 48.160/2021 é muito claro que no que se refere ao prazo para  
69 os CBH's que já cobrança se adequem, que seria 24/03/2024, e que um ofício não se  
70 sobreporia ao Decreto. O conselheiro Eduardo Araújo pediu a palavra e explicou que no  
71 mesmo decreto consta um artigo que diz que no prazo de três anos a contar da data de  
72 publicação do decreto, ou seja, até 24/03/2024, IGAM e entidades equiparadas devem adaptar  
73 a operacionalização da cobrança nos termos da DN 68/2021, o que pressupõe a prévia  
74 deliberação por parte do comitê. Camila Gomes e Wagner Antunes, ambos representantes do  
75 IGAM, complementam a fala de Eduardo explicando que há outras fases após a deliberação  
76 entrar em vigor em que o estudo da revisão deve passar antes de ser pautado na reunião do  
77 CERH-MG que acontece em março, e por isso o ofício foi encaminhado pedindo a deliberação  
78 pelo comitê para até o dia 18 de janeiro. Após seu posicionamento, Camila e Wagner também  
79 se puseram a disposição para esclarecimento de dúvidas dos conselheiros.

80 **4. APRECIÇÃO**  
81 **E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS**  
82 **CRITÉRIOS E DEFINIÇÃO DOS MECANISMOS E VALORES DA COBRANÇA**  
83 **PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CBH PRETO**  
84 **E PARAIBUNA – ARTHUR VALENTE (PRESIDENTE).** Iniciando este item de pauta, o  
85 Presidente dispensou a leitura da deliberação, tendo em vista o prévio envio da mesma. Ele  
86 ainda lembrou os conselheiros de que a decisão final é do CERH-MG e atentou para a  
87 necessidade da criação de um Grupo de Trabalho que estude as questões da cobrança, para  
que esta esteja atualizada e se alcance o objetivo do uso racional da água. Em seguida Arthur

88 perguntou se ainda havia dúvidas a sanar e se todos estavam confortáveis para votar. Não  
89 havendo manifestações, a votação foi aberta e a deliberação foi aprovada por unanimidade. **5.**  
90 **ENCERRAMENTO – ARTHUR VALENTE (PRESIDENTE).** Neste item de pauta  
91 Arthur abriu espaço para que os conselheiros realizassem suas considerações finais. Matheus  
92 Cremonese (PREA), utilizou a oportunidade para sustentar a necessidade do comitê de estudar  
93 e trabalhar no Manual Operativo do Plano de Bacia, tendo em vista principalmente a troca de  
94 mandato e de novos integrantes no CBH. Ele continuou afirmando que houve um prazo para  
95 a realização da revisão da cobrança, mas que esta não fora trabalhada, e atenta que o próximo  
96 desafio do comitê será o enquadramento, solicitando que os atuais conselheiros se engajem.  
97 Arthur agradece a manifestação de Matheus e concorda com a necessidade dos estudos sobre  
98 o enquadramento. Maria Aparecida (ABRAGEL) fez o uso da palavra para dizer que para uma  
99 fórmula mais eficaz, se faz necessário um estudo atualizado de cobranças, o levantamento dos  
100 números existentes e a análise da capacidade de investimento de cada pagador para que haja  
101 um trabalho sólido, de forma que este mobilize os usuários para dentro da discussão da gestão  
102 de recursos hídricos. Eduardo também utilizou da palavra para concordar e complementar as  
103 falas de Matheus e de Maria Aparecida, reforçando ainda a necessidade dos conselheiros se  
104 capacitarem. Disse também que o IGAM e a ANA estão com cursos de capacitação abertos e  
105 que os conselheiros devem se atentar pois o conteúdo disponibilizado é de suma importância  
106 para a atuação dos conselheiros de CBH. André fez o uso da palavra para apontar que o assunto  
107 da cobrança é realmente delicado, mas se mostra otimista quanto às manifestações, colocando-  
108 se à disposição para eventuais discussões necessárias, assim como as do enquadramento. Nada  
109 mais a tratar, o presidente encerrou a reunião, agradecendo a participação e engajamento de  
110 todos.

111 **Conselheiros presentes à 1ª Reunião Extraordinária de 2024 – Mandato 2023/2027: 1-**  
112 **Poder Público Estadual:** Eduardo de Araújo Rodrigues – IGAM; Lucas Martins Sathler  
113 Berbert – IGAM; Antônio Domingues de Souza – EMATER; Arthur Sérgio Mouço Valente  
114 – IEF; Anderson Roberto Fulco – PMMG; Osmane Moreira Coelho – SEAPA. **2 - Poder**  
115 **Público Municipal:** Marina de Jesus Afonso – PM DE BICAS; João Marcos Almeida da  
116 Silva – PM BOM JARDIM DE MINAS; Edcléia Campos Ferreira – PM DE SANTOS  
117 DUMONT; Igor Luna – PM DE JUIZ DE FORA. **3 - Usuários:** Dênio Drummond Procópio  
118 – CEMIG; Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – ABRAGEL; Emerson Leonardo Simão  
119 – FAEMG; Geane Cristina Fayer - ARCELOR MITTAL BRASIL S.A.; Mylena Nascimento  
120 Rodrigues de Oliveira – FIEMG; Gabriela de Castro Tironi – SINGTD; Rodolfo Andrade  
121 França – ESSENCIS; Beatriz Minelli Martins – CBA. **4 - Sociedade Civil:** Isaac Newton de  
122 Oliveira – AMA-JF; Wilson Guilherme Acácio – INSTITUTO ENSINAR BRASIL; Rodrigo  
123 Borges de Barros – OAB MG; César Henrique Barra Rocha – UFJF; Pedro José de Oliveira  
124 Machado – UFJF; Matheus Machado Cremonese – PREA; Tamiris Aparecida de Almeida –  
125 CREA-MG.

126 Convidados: Conforme lista de presença em anexo.

127 Juiz de Fora/MG, 17 de janeiro de 2024.

128

129

130

131 Arthur Sérgio Mouço Valente

132 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e  
133 Paraibuna

134

135

136

137 Geane Cristina Fayer

138 Secretária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e  
139 Paraibuna

140